




Correspondência ao Autor

Amurabi Pereira de Oliveira
E-mail: amurabi1986@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina
CV Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/8355859619672329>

Submetido: 15 nov. 2022
Aceito: 02 out. 2023
Publicado: 10 dez. 2023

 10.20396/riesup.v11i00.8671460
e-location: e025027
ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Os Cientistas Sociais no Topo da Hierarquia Acadêmica: perfil e atuação dos pesquisadores 1A do CNPq

Amurabi Pereira de Oliveira  <https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>

RESUMO

Introdução: As ciências sociais brasileiras têm realizado um exercício contínuo de autorreflexão, principalmente a partir de sua institucionalização e da relação entre as disciplinas. **Objetivo:** Visando contribuir para a análise desse campo, este artigo objetiva examinar o perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPQ nível 1A das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), examinando suas trajetórias acadêmicas e atuação profissional. **Metodologia:** Os dados utilizados foram coletados no site do CNPQ e na plataforma lattes, buscando realizar uma prosopografia desse grupo, analisando-o a partir da teoria dos campos. **Resultados:** Observou-se uma forte concentração regional e geracional entre esses pesquisadores, com uma relevante inserção na burocracia acadêmica e em associações científicas, além de uma intensa circulação internacional. **Conclusão:** Apesar de haver um cenário relativamente similar entre as três áreas, há algumas diferenças no perfil dos pesquisadores principalmente com relação à distribuição geográfica, geração e formação acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade. Pós-graduação. Pesquisador. Ciências sociais.

Social Scientists at the top of Academic Hierarchy: profile and performance of CNPq 1A Researchers

ABSTRACT

Introduction: The Brazilian social sciences have carried out a continuous exercise of self-reflection, mainly based on its institutionalization and the relationship between the disciplines. **Objective:** Aiming to contribute to the analysis of this field, this article examines the profile of CNPq Research Productivity fellows level 1A of Social Sciences (Anthropology, Political Science and Sociology), examining their academic trajectories and professional history. **Methodology:** The data used were collected on the CNPQ website and on the lattes platform, seeking to carry out a prosopography of this group, analyzing it based on field theory. **Results:** There was a strong regional and generational concentration among these researchers, with a relevant insertion in academic bureaucracy and scientific associations, in addition to an intense international circulation. **Conclusion:** Although there is a relatively similar scenario between the three areas, there are some differences in the profile of the researchers, mainly with regard to geographic distribution, generation and academic training.

KEYWORDS

University. Graduate studies. Researcher. Social sciences.

Los Científicos Sociales en tope de la Jerarquía Académica: perfil y desempeño de los investigadores 1A del CNPq

RESUMEN

Introducción: Las ciencias sociales brasileñas han realizado un ejercicio continuo de autorreflexión, principalmente a partir de su institucionalización y la relación entre las disciplinas. **Objetivo:** Con el objetivo de contribuir al análisis de este campo, este artículo tiene como objetivo examinar el perfil de los becarios de Productividad en Investigación del CNPQ nivel 1A de Ciencias Sociales (Antropología, Ciencias Políticas y Sociología), examinando sus trayectorias académicas y su desempeño profesional. **Metodología:** Los datos utilizados fueron recolectados en el sitio web del CNPQ y en la plataforma Lattes, buscando realizar una prosopografía de este grupo, analizándolo con base en la teoría de campos. **Resultados:** Hubo una fuerte concentración regional y generacional entre estos investigadores, con una inserción relevante en la burocracia académica y en las asociaciones científicas, además de una intensa circulación internacional. **Conclusión:** Si bien existe un escenario relativamente similar entre las tres áreas, existen algunas diferencias en el perfil de los investigadores, principalmente en relación con la distribución geográfica, la generación y la formación académica.

PALABRAS CLAVE

Universidad. Posgrado. Investigadores. Ciencias sociales.

CRediT

- **Reconhecimentos:** Não se aplica.
- **Financiamento:** Não se aplica
- **Conflitos de interesse:** O autor certifica que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não se aplica.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não se aplica.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Redação, revisão & edição. OLIVEIRA, P. A.

Editores de Seção: Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Charlene Bitencourt Soster Luz

1 Introdução

Em que pese a relevância que o exercício de autorreflexão ocupa nas Ciências Sociais brasileiras¹, que continuamente se propõem a pensar o próprio campo, como atesta o crescimento da literatura nos últimos anos (Forjaz, 1997; Vianna *et al.*, 1998; Peirano, 2000; Trajano Filho, Ribeiro, 2004; Lessa, 2010; Dwyer, Barbosa, Fraga, 2013; Lima, Cortes, 2013; Feldman-Bianco, 2013; Scott, Campos, Pereira, 2014; Avritzer, Milani, Braga, 2016; Melo, Bernardo, Gomes, 2018; Lima, 2019; Bordignon, 2019; Marengo, 2019, Oliveira *et al.*, 2021; Oliveira *et al.*, 2022), boa parte dos estudos ainda se centram na relação entre as disciplinas, sua institucionalização e nos pioneiros das Ciências Sociais (Maia, 2019).

Compreendo que, para melhor analisarmos o campo acadêmico, é necessário conhecer seus agentes, considerando tanto suas trajetórias quanto suas tomadas de posição no campo. Neste sentido, é importante compreender também as regras de funcionamento do campo, bem como suas instâncias de legitimação e consagração. Dado o fato de que este é um universo social ao qual estamos ligados por um conjunto variado de investimentos, é importante buscar realizar uma ruptura com uma leitura engajada do mundo social (Bourdieu, 2011).

Visando contribuir para esse debate, procuro analisar o perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) classificados como nível 1A, sendo esta a mais alta classificação que um pesquisador pode receber pelo comitê da área ao responder à chamada do órgão². Compõem minha amostra, portanto, os atuais bolsistas PQ nível 1A das áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, perfazendo um total de 43 pesquisadores³. Neste sentido, esse trabalho também constitui uma contribuição aos estudos das elites intelectuais, um campo a ser explorado e que está em processo de expansão (Rubio, 2020).

Entendo que este estudo se relaciona diretamente às pesquisas sobre educação superior na medida em que analisa a atuação de agentes nesse setor, são pesquisadores consolidados em suas universidades que obtiveram aquilo que poderia ser tido como um dos reconhecimentos máximos no campo acadêmico brasileiro. Uma análise do ensino superior brasileiro não poderia estar completa sem considerarmos também uma análise de seus agentes, seus perfis e suas formas de inserção no campo universitário.

¹Compreende-se aqui Ciências Sociais dentro da tradição acadêmica que se institucionalizou no Brasil a partir dos primeiros cursos de graduação que passaram a outorgar o título de bacharelado em Ciências Sociais, ainda na década de 1930.

²Há ainda a bolsa de Produtividade em Pesquisa Sênior (PQ-Sr), porém os pesquisadores que a pleiteiam essa modalidade respondem a uma chamada específica, como será detalhado mais adiante.

³Apesar de serem públicas as informações acerca de quem são referidos bolsistas, considereei que em termos éticos não mencionaria nominalmente quem são os acadêmicos que compõem esse grupo. Ademais, em termos teóricos, não me interessa pensar os casos de forma isolada e particular, mas sim pensá-los em seu conjunto, buscando compreender o que é revelado a partir desse grupo.

Os dados coletados foram disponibilizados através do portal do CNPQ, assim como da plataforma *lattes*⁴. Metodologicamente a pesquisa procedeu da seguinte forma: a) levantamento inicial dos bolsistas de produtividade nível 1A nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, disponível em: http://plsql1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.curso; b) delimitação com base na revisão da literatura sobre quais seriam os principais indicadores a serem buscados em seus perfis; c) coleta dos dados em seus respectivos CV *lattes*. Em termos analíticos a ideia é realizar uma prosopografia desse grupo de pesquisadores, que constituem uma elite acadêmica dentro das ciências sociais, combinamos esse recurso metodológico à teoria de Bourdieu acerca dos campos sociais (Bourdieu, 1996; 2005; 2011).

Ainda que não se tenha utilizado aqui de outros recursos, como entrevistas, para compreender a trajetória acadêmica institucional desses agentes, é importante observar que se considerou o próprio *lattes* como uma autorrepresentação que os pesquisadores produzem a partir de suas trajetórias acadêmicas, destacando ou ocultando elementos que eles consideram relevantes, atribuindo determinado sentido a suas próprias biografias (Bourdieu, 1996). Sendo assim, compreendeu-se que a plataforma poderia nos fornecer elementos importantes para analisar o perfil desses agentes e a posição que ocupam no campo das Ciências Sociais brasileiras.

Buscou-se explorar principalmente elementos referentes à formação acadêmica em termos de áreas de conhecimento, instituição e geração; inserção nas atividades burocráticas de suas próprias instituições e em sociedades científicas na área das Ciências Sociais; a circulação acadêmica internacional, além do mapeamento em todo da distribuição destes bolsistas em termos de instituições. Objetiva-se com isso conhecer o perfil dos pesquisadores das Ciências Sociais situados no topo dessa hierarquia acadêmico-científica, o que nos possibilitaria compreender melhor a dinâmica do campo como um todo.

2 As Bolsas de Produtividade do CNPQ nas Ciências Sociais

No bojo das transformações desse período, destaca-se a criação da bolsa PQ do CNPQ em 1976, mas apenas a partir da década de 1990 ela passou a ganhar maior centralidade para as carreiras dos agentes do campo acadêmico-científico. Ser contemplado com esta bolsa implica num processo de inter-reconhecimento em termos de prestígio por parte dos pares da comunidade acadêmica. Neste sentido, é importante reconhecer que:

(...) o reconhecimento pelos pares, a autoridade científica e a distinção acadêmica são os objetos simbólicos de disputa nesse campo específico. Ao agir, os atores sociais respondem ao desafio de conquistar maior autonomia do campo acadêmico em relação a outros espaços sociais, em especial ao campo do poder – ou o Estado propriamente dito (Azevedo, Oliveira, Catani, 2016, p.784).

⁴A coleta dos dados foi realizada no primeiro semestre de 2020, após o período de implementação de novas bolsas.

No caso do campo acadêmico brasileiro, a bolsa PQ é, justamente, um dos principais símbolos de autoridade científica e distinção acadêmica. Ter acesso a uma bolsa PQ desdobra-se não apenas em ganhos simbólicos como também materiais, uma vez que seu portador tem o acesso a determinadas formas de financiamento que são preferenciais para os pesquisadores com esse perfil, ou em alguns casos são exclusivas. Ademais, são os próprios bolsistas PQ os avaliadores de pedidos de auxílios e bolsas nas suas mais diversas modalidades junto ao CNPQ, demarcando claramente uma posição dominante nesse campo.

As áreas do CNPQ organizam-se a partir de comitês, sendo o comitê das Ciências Sociais integrado pelas áreas de Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito e Relações Internacionais. Esse arranjo inclui predominantemente áreas situadas nas Ciências Humanas, além do Direito que está nas Ciências Sociais Aplicadas. Em ordem decrescente, as áreas que possuem mais bolsistas atualmente são Sociologia (219), Antropologia (173), Ciência Política e Relações Internacionais (140), Direito (80), Arqueologia (50). Interessa-nos nesse artigo apenas os bolsistas da área de Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Dentro das distintas modalidades de bolsa PQ os bolsistas PQ-Sr respondem a outra chamada, e trata-se de bolsas com regras próprias. Sendo assim, dentro da chamada geral de bolsas PQ interessam-nos aqueles que chegaram ao final dessa hierarquia, que são os que estão no nível 1A. É importante dizer que, diferentemente dos demais níveis, nos quais o Comitê indica um quantitativo mínimo de publicações e orientações concluídas para que se possam pleitear as referidas bolsas, no nível 1A ressalta-se que tais pesquisadores devem ser lideranças em seus campos e que devem ter trazido uma substancial contribuição para a área (CNPQ, 2018).

Como bem apontam Weiner e Viana (2013), os comitês do CNPQ possuem diferentes lógicas que orientam seus critérios de concessão de bolsas, predominando duas lógicas, uma primeira que visa premiar os cientistas de qualidade, e outra que visa incentivar a qualidade dos cientistas. Parece-me que, no caso dos bolsistas PQ 1A em Ciências Sociais, predomina a lógica de premiação. Essa hipótese parece ser reforçada pela pesquisa de Lima, Velho e Faria (2012), que, ao analisar o fator h em diferentes áreas do conhecimento, encontraram na Sociologia uma lógica inversa ao observado em outras áreas⁵. Enquanto nas demais áreas do conhecimento os pesquisadores 1A apresentaram um fator h superior aos pesquisadores nível 1B, na Sociologia estes possuem um índice ligeiramente superior àqueles. Isso evidencia como a atribuição desta classificação vai para além de uma métrica de produção acadêmica, ainda que ela também seja relevante.

Há atualmente 22 bolsistas 1A em Sociologia, 13 na Antropologia e 8 na Ciência Política. Isso significa que na área de Sociologia 10% dos bolsistas PQ chegaram ao nível 1A, 7,5% em Antropologia e 5,7% em Ciência Política. Isso pode indicar uma posição dominante da

⁵Importante dizer que os pesquisadores compararam as diferentes grandes áreas, tomando uma representante de cada, e no caso das Ciências Humanas eles selecionaram a Sociologia. Ressalta-se ainda que a Sociologia apresenta valores de índice h quase nulos, o que seria reflexo de uma cultura acadêmica distinta de outras áreas mais afinadas com o mainstream internacional, de acordo com os autores.

Sociologia no campo das Ciências Sociais, que se afirma não apenas pelo quantitativo total de bolsas PQ, como também pela proporção de bolsistas que conseguem chegar ao topo dessa hierarquia. Podemos inferir que o fato de ter havido uma expansão mais recente de programas disciplinares em Antropologia e em Ciência Política pesa para a existência desse cenário, assim como o próprio processo de autonomização dessas ciências com relação à Sociologia (Forjaz, 1997; Peirano, 2000; Oliveira *et al*, 2021).

Outro dado que podemos indicar que reafirma a posição desses agentes como pertencentes a uma elite acadêmica dentro das Ciências Sociais, é o fato deles também terem essa posição reconhecida por outras instâncias, como é o caso da Academia Brasileira de Ciências. É importante mencionar que a seção de Ciências Sociais da Academia Brasileira de Letras, por exemplo, é composta pelas áreas de Antropologia, Demografia, Ciência Política, Economia, Geografia, História, Relações Internacionais e Sociologia, portanto, abarca um escopo mais amplo de Ciências Sociais do que aquele ao qual me refiro nesse texto. Entre os 41 membros desta seção, temos quatro bolsistas PQ 1A em Sociologia e quatro em Antropologia, concentrados principalmente na UFRJ (3 membros) e USP (2 membros), além de mais um na UFF e outro na UFRGS⁶. Essa distribuição por área e por região confirma a tendência observada por Hey e Rodrigues (2017), que apontam para o predomínio de pesquisadores vinculados à Antropologia e situados no Rio de Janeiro nesse espaço, o que não necessariamente reflete a distribuição de bolsas PQ, como veremos mais adiante.

3 As Chamadas Ciências Sociais na Pós-Graduação

Ao restringir as Ciências Sociais à Antropologia, Ciência Política e Sociologia realizo um movimento que se aproxima de uma classificação que se consolidou a partir dos cursos de graduação que surgiram na década de 1930 com essa titulação, ainda que inicialmente tal denominação implicasse numa compreensão mais alargada acerca de tais ciências, como bem atesta a divisão de estudos pós-graduados criados na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que abarcava na rubrica das Ciências Sociais formação na área da Economia, História, Psicologia Social etc. Parto, portanto, de uma concepção mais restrita, que reflete o ordenamento atual dos cursos de graduação e pós-graduação na área.

É importante atentar-se para o fato de que, em que pese a forte aproximação entre essas três áreas, elas possuem particularidades em seus processos formativos na pós-graduação que fazem com que seus caminhos se cruzem e se distanciem em alguns momentos. Se considerarmos apenas os programas criados até a década de 1970, temos os seguintes: em Antropologia, Museu Nacional em 1968, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1971, Universidade de Brasília (Unb) em 1972, Universidade de São Paulo (USP) em 1972, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1977 e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1979; em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1960, UFRGS em 1973, USP em 1974 e Unicamp em 1974; em Sociologia, UFPE

⁶Há ainda bolsistas PQ Sr em Antropologia, Ciência Política e Sociologia, mas que não entram na minha análise, uma vez que eles concorrem a outro edital.

em 1967, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1969, Unb em 1970, USP em 1971, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1973), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1973, Unicamp em 1974, Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1976, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 1977 no campus II (atual Universidade Federal de Campina Grande) e em 1979 no campus I.

Como podemos observar, até a década de 1970 havia dez programas de Sociologia, seis em Antropologia e quatro em Ciência Política. Apenas a USP, Unicamp e UFRGS possuíam, até então, programas nessas três áreas de forma concomitante, ao passo que UFPE e Unb possuíam programas em Antropologia e em Sociologia. Este cenário reforça a posição da Sociologia com relação às demais Ciências Sociais, ainda que se possa inferir que fosse recorrente em alguns casos a inserção de antropólogos e cientistas políticos em programas de Sociologia.

Chama a atenção o fato de que instituições como o Museu Nacional na Antropologia e a UFMG na Ciência Política, apesar de não oferecerem até a década de 1970 cursos nas demais áreas das Ciências Sociais⁷, inauguram os primeiros programas nestas áreas, tornando-se referência nessas especialidades.

Se tomarmos o momento atual, considerando os programas considerados de excelência acadêmica pela CAPES (notas 6 e 7) temos o seguinte cenário: em Sociologia, Unb (7)⁸, UFRGS (7), Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (7), USP (6), Universidade Federal de São Carlos - Ufscar (6), Unicamp (6)⁹, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj (6)¹⁰; em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ (7), Unb (7), UFRGS (6), USP (6); em Ciência Política, USP (7), UFMG (7), Unb (6), UFPE (6), Unicamp (6), Uerj (6). Com esses dados temos que a USP e a Unb são as únicas instituições com cursos de excelência nas três áreas das Ciências Sociais, além da UFRGS, UFPE, Unicamp, Uerj, UFRJ que possuem dois cursos de excelência nessas áreas, além de Ufscar e UFMG, que possuem um programa cada. Esse desenho aponta para um cenário de forte concentração dos cursos de excelência em poucas instituições (9), majoritariamente localizadas na região sudeste (66,6%).

Apesar da forte tradição na existência de cursos interdisciplinares em Ciências Sociais no Brasil, tendencialmente apenas os cursos disciplinares atingem atualmente o patamar de curso de excelência, sendo a única exceção o programa de Sociologia e Antropologia da UFRJ, avaliado na área de Sociologia da CAPES com nota máxima.

⁷Atualmente a UFMG possui programas em Antropologia e em Sociologia, e o Museu Nacional, apesar de sua autonomia e especialidade, atualmente integra a Universidade Federal do Rio de Janeiro que possui um Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia.

⁸A Unb possui dois programas avaliados na área de Sociologia, sendo que apenas o Programa de Pós-Graduação em Sociologia possui nota 7.

⁹A Unicamp possui dois programas avaliados na área de Sociologia, sendo que apenas o Programa de Pós-Graduação em Sociologia possui nota 7

¹⁰A Uerj possui dois programas avaliados na área de Sociologia, sendo que apenas o Programa de Pós-Graduação em Sociologia possui nota 7.

Seria possível supor que também serão estas instituições que concentrarão a maior parte dos bolsistas PQ, ainda que os critérios de avaliação da CAPES com relação aos programas não sejam os mesmos que os do CNPQ em relação às bolsas PQ, uma vez que estamos nos referindo a avaliações “coletivas” no primeiro caso, e “individuais” no segundo. Entretanto, como verificaremos na seção seguinte, a distribuição das bolsas PQ parece ser ordenada também por outros fatores, que podem ter um peso maior que a avaliação institucional dos programas aos quais os pesquisadores estão vinculados.

4 Perfil dos Bolsistas 1A: sexo, formação e geração

Seria possível observar o perfil dos pesquisadores do CNPQ a partir de diferentes ângulos, considerando questões variadas, como sexo, idade, temas de pesquisa etc. Algumas tendências, observadas neste grupo chamam a atenção, como o fato de ser formado majoritariamente por homens, em seu conjunto há 28 homens (65,11%) e 15 mulheres (34,8%) no nível 1A. Esse perfil confirma a tendência observada por Moema, Azevedo e Ferreira (2015) ao analisarem o perfil dos bolsistas PQ nas grandes áreas, assim como por Hey e Rodrigues (2017) ao se voltarem para a seção de Ciências Sociais na Academia Brasileira de Ciências.

Entretanto, essa distribuição ocorre de maneira heterogênea entre as diferentes áreas, uma vez que na área de Sociologia há 12 homens (54,5%) e 10 mulheres (45,4%), apontando para um maior equilíbrio entre homens e mulheres neste grupo. Na Antropologia encontramos 10 homens (76,9%) e 3 mulheres (23%); algo parecido com o cenário da Ciência Política, formado por 6 homens (75%) e 2 mulheres (25%). Ainda que os bolsistas PQ em Ciências Sociais não se limitem ao corpo docente das pós-graduações nesta área, incorporando também pesquisadores vinculados a programas em áreas afins, a desigualdade de gênero fica bastante evidenciada quando comparamos com a composição dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais. Segundo o levantamento de Cândido, Feres Júnior e Campos (2019), as mulheres representam 33% do corpo docente dos programas em Ciência Política e Relações Internacionais, 47% em Sociologia e 52% em Antropologia. Chama a atenção, portanto, que mesmo em Antropologia, campo no qual as mulheres constituem a maior parte dos docentes na pós-graduação, encontramos em sua elite acadêmica – representada aqui pelos bolsistas PQ 1A – uma maioria masculina.

É possível inferir que essa distribuição desigual entre homens e mulheres entre os bolsistas 1A possa refletir as desiguais condições de trabalho acadêmico nestes dois grupos. Em todo caso, isso não é suficiente para explicar por que esse fenômeno ocorre de forma mais intensa na Antropologia e na Ciência Política, algo que demandaria uma nova frente de pesquisa que foge do escopo desse artigo e do alcance da abordagem metodológica aqui empregada.

Interessante perceber também que o número de bolsistas PQ 1A encontra-se bastante concentrado geograficamente e institucionalmente. Ainda que tenha havido uma significativa expansão dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais em período recente, acelerando-se nos anos 2000, os pesquisadores que se situam nos níveis mais altos da hierarquia

acadêmica tendem a se concentrar num número relativamente pequeno de instituições. Isso aponta para a tendência de haver uma estratificação dentro das próprias ciências sociais, em que algumas poucas instituições passam a concentrar não apenas mais prestígio, como também recursos, fenômeno que fora observado por Weeber (2006) na Sociologia americana.

Considerando em seu conjunto temos o seguinte cenário: 9 bolsistas na UFRJ, 8 na USP, 7 na Unicamp, 6 na UFRGS, 3 na Unb, 2 na Ufscar, além de um pesquisador de cada uma das seguintes instituições: Uerj, UFMG, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), UFPE, Universidade Estadual Paulista (Unesp), UFC, Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Araraquara (Uniará). Esse cenário evidencia, num primeiro momento, uma forte concentração de pesquisadores nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que concentram 74,41% dos bolsistas neste nível, havendo ainda um claro destaque para três instituições: UFRJ, USP e Unicamp, que concentram 55,81% dos bolsistas. Também é interessante perceber que a UFRGS se destaca como principal instituição fora do eixo Rio-São Paulo em nível de pesquisadores 1^a.

Notadamente essa distribuição apresenta certas particularidades em cada uma das áreas, na Ciência Política elas estão mais igualmente distribuídas, há dois bolsistas na Unicamp e um bolsista em cada uma das seguintes instituições: Uerj, UFMG, UFPE, USP, PUC Rio, Unesp. Na Antropologia há 5 bolsistas na UFRJ, 3 na UFRGS, 2 na Unb, e um em cada uma das instituições: Unicamp, USP e UFF. Por fim, na Sociologia há 6 bolsistas na USP, 4 na UFRJ, 4 na Unicamp, 3 na UFRGS, 2 na Ufscar e um na UFC, na Unb e na Uniará.

Este cenário revela questões interessantes, como o fato de que não há necessariamente uma relação direta entre o número de pesquisadores 1A e a existência de cursos de excelência acadêmica, como demonstram os casos emblemáticos da Unb, que possui dois cursos nota 7 (Antropologia e Sociologia) e um nota 6 (Ciência Política), e da UFPE que possui dois cursos nota 6 (Ciência Política e Sociologia), mas que, no entanto, possuem poucos pesquisadores classificados nesse nível. Isso nos leva a pensar o peso que as relações geopolíticas possuem nos processos de distribuição das bolsas PQ, e o peso que esse elemento possui no processo de hierarquização das instituições no campo das ciências sociais brasileiras (Reesink, Campos, 2014).

Na Sociologia, a forte concentração de bolsistas ocorre junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, ao passo que na Antropologia isso ocorre junto ao Museu Nacional. A existência desses dois polos revela também como a hegemonia dessas instituições no campo das Ciências Sociais ocorre capitaneada por diferentes áreas em cada caso, ainda que no caso da UFRJ seja expressiva a presença de pesquisadores 1A também na Sociologia. Isso nos leva a perceber que, afora a hierarquia em termos de prestígio entre as instituições acadêmicas, há ainda as hierarquias internas de cada instituição, que mais uma vez não seguem necessariamente a classificação dos programas elaborada pela CAPES, se considerarmos, por exemplo, o fato de que os Programas de Antropologia e de Ciência Política da USP possuem “apenas” um bolsista 1A cada, ainda que sejam programas de excelência acadêmica.

A relação entre a concentração regional de pesquisadores 1A, notadamente, em algumas poucas instituições, e a distribuição desigual de recursos ficam evidentes quando observamos o fato de que as instituições com maior quantitativo de bolsistas também publicam revistas avaliadas com nota máxima no *qualis* de suas áreas¹¹. Por exemplo, em Sociologia são classificadas como *qualis* A1 as revistas *Cadernos Pagu* (Unicamp)¹², *Dados* (Uerj)¹³, *Educação & Sociedade* (Unicamp), *Sociedade e Estado* (Unb), *Sociologia & Antropologia* (UFRJ), *Tempo Social* (USP); em Antropologia temos as revistas *Estudos Avançados* (USP), *Horizontes Antropológicos* (UFRGS)¹⁴, *Mana* (UFRJ)¹⁵, e em Ciência Política encontramos as revistas *Opinião Pública* (Unicamp) e *Saúde e Sociedade* (USP).¹⁶

Chama a atenção o fato de que UFRJ, USP, Unicamp e UFRGS, que são as instituições com o maior número de bolsistas PQ em Ciências Sociais, são também aquelas que concentram o maior número de revistas classificadas como *qualis* A1, o que tende a reforçar a hipótese sobre a distribuição desigual de recursos disponíveis para que os agentes possam atingir o topo da hierarquia acadêmica. Ademais, seguindo um modelo recorrente na América Latina de circuitos nacionais de publicação (Beigel, 2014), é importante ter em vista que publicar em revistas classificadas como A1 é central tanto para a obtenção das bolsas e auxílios individuais junto ao CNPQ, quanto para a avaliação institucional dos Programas de Pós-Graduação no sistema CAPES.

Outro dado interessante para ser trazido aqui diz respeito à formação inicial dos pesquisadores nessa área, considerando principalmente a divisão entre aqueles formados originalmente em cursos de Ciências Sociais e aqueles graduados em outras áreas. Majoritariamente encontramos pesquisadores que realizaram a formação inicial em Ciências Sociais, percurso realizado em 25 casos (58,13%). Com relação a esse dado, há algumas diferenças significativas entre as áreas, pois em Ciência Política 7 (87,5%)¹⁷ pesquisadores realizaram a formação nessa área; em Sociologia 19 (86,3%) e em Antropologia apenas 5 (38,46%). Esse desenho particular da Antropologia confirma uma tendência, já observada por Debert (2004), remetendo a uma profissionalização disciplinar que ocorre principalmente na pós-graduação, ainda que possamos inferir que haja diferenças geracionais, dada a expansão do número de graduações em Ciências Sociais e em Antropologia nas últimas décadas (Oliveira, 2015).

¹¹O *qualis* atualmente está passando por um processo de reformulação, de modo que foi utilizado aqui o último *qualis* disponibilizado (2013-2016), tendo em vista que as publicações desses pesquisadores foram avaliados ainda pelo antigo sistema no momento em que foram classificados como bolsistas PQ 1A.

¹² Também A1 em Antropologia.

¹³ Também A1 em Ciência Política.

¹⁴ Também A1 em Sociologia.

¹⁵ Também A1 em Sociologia.

¹⁶ Não foram inseridas aqui a totalidade das revistas classificadas como *qualis* A1 pelas três áreas de Ciências Sociais, mas apenas aquelas que constam nesse estrato da avaliação e que são publicadas por instituições que possuem bolsistas PQ 1A em Ciências Sociais.

¹⁷ O único caso de professor pesquisador 1A em Ciência Política que não está nesse grupo não indicou qual sua formação em nível de graduação no lattes.

No âmbito formação graduada e pós-graduada, temos algumas diferenças interessantes de serem percebidas. Primeiramente, temos que na graduação, majoritariamente, temos pesquisadores graduados no Brasil, apenas 5 deles realizaram essa formação no exterior. A USP destaca-se como a instituição que mais graduou esses pesquisadores, foram 7 casos, destacando-se também a UFF com 5 casos; PUC Rio, Unb e UFRGS com 4 casos cada; a UFMG possui 3 casos; UNESP e a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo possuem dois casos cada; e com um caso estão a PUC SP, Universidade Federal da Bahia (UFBA), UFC, UFRJ, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (FFCLP), Fundação Educação da Região de Vinhedos (FEVIR). Em cada uma das áreas, há distintas instituições que se destacam na formação inicial de bolsistas 1A, na Ciência Política a UFF tituló 3 bolsistas; na Antropologia a PUC Rio tituló 3, e na Sociologia a USP foi responsável pela formação de 4.

Há uma forte tendência que, entre aqueles que realizaram a graduação no Brasil, eles permaneçam nos estados onde realizaram sua formação inicial, o que aconteceu em 29 casos (78,37%), o que pode apontar para a existência também de motivações pessoais e familiares na escolha da instituição na qual desenvolveram a maior parte de suas carreiras. Esse fenômeno é observado mesmo entre aqueles que saem de seus estados para realizar estudos de doutorado no exterior, ou em outras regiões do país; ou ainda entre os que iniciaram a carreira docente em outras universidades do país, havendo alguns casos de mobilidade acadêmica entre esses docentes na direção de retornar a seus estados de origem. Deve-se enfatizar, contudo, que nesses processos de mobilidade, que ocorrem principalmente na rede federal de ensino, há sempre um movimento de saída de universidades menores em direção a outras mais prestigiadas, o que nos leva a crer que, para além das motivações de cunho mais pessoal e familiar, essas motivações também são orientadas a partir da incorporação das regras do campo (Bourdieu, 2005), inserindo-se nas estratégias desenvolvidas a partir das disputas próprias no campo universitário (Bourdieu, 2011).

Com relação à formação doutoral, há uma alteração sensível de cenário em comparação à formação inicial, uma vez que encontramos mais fortemente a presença de titulados no exterior, o que foi o caso de 20 pesquisadores (46,51%). Esses agentes foram titulados principalmente até a década de 1980, apenas dois deles obtiveram a titulação na década de 1990, o que reforça a ideia de uma crescente nacionalização da formação acadêmica dos pesquisadores na área de Ciências Sociais no Brasil (LIMA, 2019). Ainda que haja certa dispersão institucional, que pode ter se orientado principalmente pela especialidade da temática de pesquisa, há uma predominância com relação aos países de destino. Entre esses 20 casos com formação doutoral no exterior, houve 7 pesquisadores que realizaram seus estudos na França e 7 nos Estados Unidos, 3 na Inglaterra, uma na Alemanha, uma no Canadá e uma no México. No campo da Ciência Política o diálogo principal é realizado através dos países de língua inglesa, tendo dois pesquisadores estudado no Reino Unido e um nos Estados Unidos; essa tendência também pode ser observada na Antropologia, onde 4 pesquisadores estudaram nos Estados Unidos, um na Inglaterra e dois na França; enquanto que na Sociologia há uma maior aproximação com a formação francesa, que foi destino de 5 pesquisadores, ao passo que outros dois a fizeram nos Estados Unidos, uma na Alemanha, uma no Canadá e uma no México.

A concentração geográfica observada entre os bolsistas é reforçada pelos locais de formação doutoral no Brasil desses pesquisadores, uma vez que ela ocorre em apenas cinco instituições. A USP foi o destino da formação doutoral de 13 pesquisadores, a UFRJ de 4, o IUPERJ de 2, e a Unb, UNESP, Unicamp, PUC SP titularam um pesquisador cada uma. Em Antropologia, 4 foram titulados pelo MN/UFRJ, um pela USP e um pela Unb; na Ciência Política, formam-se 4 pela USP e um pelo IUPERJ; na Sociologia, foram 8 pela USP, além de um caso em cada uma das seguintes instituições: Unicamp, PUC SP, UNESP, IUPERJ. Podemos afirmar, portanto, que, à exceção de um único caso (doutor em Antropologia pela Unb), todos os bolsistas 1A em Ciências Sociais no Brasil que se titularam no país o fizeram na região sudeste.

Importante considerar que a USP demonstra um papel central na formação de pesquisadores no campo da Ciência Política (3) e da Sociologia (8), ao passo que na Antropologia a principal instituição formadora é o Museu Nacional (4). Essa distribuição transparece como o processo de afirmação de determinadas instituições no campo na posição dominante se dá não apenas pelo fato de possuírem mais bolsistas nas posições mais altas da hierarquia acadêmica, como também por mostrarem-se como importantes instituições formadoras de pesquisadores situados em outras instituições e que também atingiram a mesma posição nessa hierarquia. Claro que, em parte, este cenário é mantido pela própria endogenia existente nestes programas, como demonstram os dados apresentados por Bordignon (2019), algo que é relativamente recorrente nas instituições situadas no topo dos *rankings* acadêmicos (WEEBER, 2006). Mais uma vez, chama a atenção da UFRGS, na qual todos os seus 6 bolsistas 1A foram titulados no exterior, o que pode indicar uma distinta estratégia de legitimação dessa instituição no campo acadêmico.

Em que pese a forte tradição interdisciplinar das Ciências Sociais (LIMA, CORTES, 2013, OLIVEIRA, 2023), a formação doutoral deste grupo ocorreu majoritariamente de forma bastante disciplinar, tendo em vista que apenas dois não são doutores em Ciências Sociais, ainda que sejam doutores em áreas conexas: um em Economia e um em História. Em Antropologia, todos os pesquisadores são doutores na área¹⁸, em Ciência Política, apenas um é titulado em História e os demais em Ciência Política¹⁹, e em Sociologia, apenas um é doutor em Economia, e os demais são doutores em Ciências Sociais²⁰.

Por fim, é interessante percebermos também o recorte geracional existente nesse grupo de pesquisadores. Entre os bolsistas 1A onze finalizaram a graduação na década de 1960, 28 na década de 1970, 3 na década de 1980, de modo que majoritariamente temos um grupo que realizou os estudos de graduação entre as décadas de 1960 e 1970 (90,69%), num momento marcado pela repressão política e ideológica nas universidades, e também pela expansão dos cursos de graduação e pós-graduação de Ciências Sociais (Liedke Filho, 2005). Trata-se, portanto, de uma geração que vivenciou momentos acadêmicos decisivos na formação do

¹⁸ Incluindo um doutor em Ciências Sociais e uma em Sociologia.

¹⁹ Incluindo um doutor em Sociologia Política.

²⁰ Incluindo duas doutoras em Ciência Política e uma em Ciências Sociais.

campo, tendo sido alunos e muitas vezes orientandos de muitos daqueles que foram considerados os responsáveis pela institucionalização das Ciências Sociais no Brasil em nível de pós-graduação. Encontramos aqui também algumas diferenças entre as áreas, distribuídos da seguinte forma por década:

Quadro 1. Distribuição por década em que os bolsistas PQ 1A finalizaram suas graduações

Década	Antropologia	Ciência Política	Sociologia
1960	5	1	5
1970	7	5	16
1980	1	1	1

Fonte: Formulação Própria (2020)

Essa distribuição destaca um cenário relativamente homogêneo entre as três áreas, ainda que, no caso da Sociologia, considerando o maior número total de bolsistas, fique evidente que proporcionalmente é a área que conta com menos pesquisadores mais jovens²¹; ao passo que é interessante perceber que, na Antropologia, há uma proporção expressiva (38,46%) de pesquisadores formados ainda na década de 1960.

Com relação à formação doutoral, os agentes majoritariamente obtiveram o título de doutor até 15 anos após a conclusão da graduação, o que ocorreu em 36 casos (83,72%), de modo que temos o seguinte cenário: 8 (18,60%) obtiveram a titulação na década de 1970, 27 (62,79%) na década seguinte, e 8 (18,60%) nos anos de 1990. Ainda que possamos encontrar aqui uma presença significativa daqueles que integraram as primeiras gerações de pesquisadores que se tornaram doutores após a Reforma Universitária de 1968, o contingente mais expressivo desses bolsistas obteve o título de doutor já no processo de transição democrática, ou após o fim da ditadura militar no Brasil, o que pode ter tido um impacto importante no desenvolvimento de suas agendas de pesquisa, cuja hipótese para ser verificada demandaria outra abordagem metodológica²². Em relação a esses números, temos a seguinte distribuição por área:

²¹ Essa terminologia está sendo empregada nesse artigo considerando apenas o ano de conclusão do curso de graduação e não a data de nascimento, uma vez que não foram acessados dados pessoais dos pesquisadores que não estivessem disponibilizados de maneira pública pelo CNPQ.

²² Apesar de fugir ao foco e escopo desse artigo, é interessante sinalizar que essa hipótese surgiu ao se observar os principais temas de pesquisa que esses pesquisadores desenvolveram em seus trabalhos de doutorado, tais como movimentos sociais, transformações no mundo rural e do trabalho, direitos indígenas etc., num franco diálogo com as transformações políticas e sociais que o Brasil vivenciava nesse período. Porém, como já afirmado, isso demandaria outro esforço investigativo, abrindo mão de outras ferramentas metodológicas.

Quadro 2. Distribuição por década em que os bolsistas PQ 1A finalizaram seus doutorados

Década	Antropologia	Ciência Política	Sociologia
1970	1	1	6
1980	11	4	12
1990	1	3	4

Fonte: Elaboração Própria (2020)

Podemos observar, com isso, que proporcionalmente a Ciência Política tende a ter uma presença mais expressiva de doutores (37,5%) titulados em período mais recente, o que pode refletir também sua institucionalização mais tardia na pós-graduação em relação às demais áreas; ao passo que a lógica inversa pode ser utilizada para a Sociologia, que possui um contingente maior (27,27%) de pesquisadores titulados ainda na década de 1970.

De forma muito sintética, os dados apresentados nessa seção demonstram a forte concentração regional, geracional e disciplinar dos pesquisadores que constituem esse grupo, o que nos dá pistas para compreender as características recorrentes da classe dominante dentro do campo das Ciências Sociais no Brasil. Há algumas particularidades que se apresentam em cada área, como o fato de na Antropologia haver maior dispersão disciplinar na área de formação inicial de seus agentes; além de haver distintas rotas formativas predominantes em cada uma dessas áreas quando nos referimos àqueles que realizaram estudos de doutorado no exterior.

5 Inserção Institucional dos Bolsistas 1A: articulação local, nacional e internacional

Devido ao tempo de carreira desses pesquisadores era de se esperar que eles tenham dedicado em suas carreiras algum tempo às atividades mais burocráticas, foi o caso de 34 (79%) deles. Essas atividades são relativamente variadas, incluindo desde coordenação de cursos, chefias de departamento, coordenação de pós-graduação, direção de unidade acadêmica (Faculdade, Centro etc), gestão de pró-reitorias, direção de editora universitária etc. Entretanto, nesse conjunto de atividades burocráticas, destacam-se aquelas que estariam mais vinculadas ao *ethos* acadêmico, como coordenação de programa de pós-graduação e direção de unidade acadêmica, que no caso deste último cargo geralmente também implica na participação das instâncias colegiadas máximas de suas instituições. Esse dado assemelha-se ao que Caregnato, Miorando e Leite (2018, p. 226) encontraram entre os pesquisadores na área de educação, ao indicarem que:

Com relação à atuação em posições de gestão acadêmica, os dados parecem sinalizar que, conforme os departamentos vão tornando-se instâncias mais burocráticas e a chefia de departamento se desvincula da imagem de liderança acadêmica, essa posição vai tornando-se menos atrativa como recurso de capital científico-político. O mesmo não ocorre com a coordenação de programas de pós-graduação ou com a direção de unidades acadêmicas e o pró-reitorado, posições que guardam um caráter distintivo.

Podemos ter como hipótese que a posição de coordenador de PPG, em comparação com a de chefe de departamento, guarda maior associação com o capital científico puro: a pós-graduação é o espaço mais relacionado com a pesquisa. Ela também confere maior capital científico político: os PPGs tendem a ter maior tipificação, articulação e poder no subcampo nacional da Educação do que os departamentos. De outra parte, as posições de liderança em unidades acadêmicas e pró-reitorias concedem prestígio e influência superiores aos das chefias de departamento, bem como um domínio maior sobre os recursos do campo científico no nível institucional.

No caso das Ciências Sociais no Brasil isso fica evidente pelo fato de que normalmente os principais eventos da área reservam espaços em suas programações para reuniões dos coordenadores de programas com os representantes de área na CAPES, de modo que ocupar tal posição parece ser algo relevante em termos distintivos no campo, o que parece também possuir importância para atuar em comitês relevantes como da CAPES e do CNPQ, nos quais tais pesquisadores têm uma forte inserção. No caso dos pesquisadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, também a atuação junto às Fundações de Amparo à Pesquisa locais parece ter um peso relevante.

O prestígio destes pesquisadores também pode ser percebido por meio de dois elementos distintivos relevantes: a) participação em diretorias de sociedades científicas na área, com destaque para os cargos de presidente/diretor e vice-presidente/diretor; b) recebimento de prêmios. A participação nas sociedades científicas pode dar-se ainda por meio de comitês científicos, júris especiais, cargos na diretoria etc, o que obedece à lógica organizativa de cada associação²³; bem como a participação desses acadêmicos em determinadas áreas do conhecimento que possuem associações próprias, tais como na área de sociologia do trabalho, sociologia rural etc. Sendo assim, consideramos principalmente os cargos de presidente e vice-presidente na ABA, ABCP, ANPOCS e SBS. Também com relação aos prêmios há certa heterogeneidade nas áreas, bem como no nível de reconhecimento que eles representam. Ademais, há também os próprios critérios utilizados pelos pesquisadores para indicarem os prêmios recebidos, de modo que em seus *lattes* constam bolsas concedidas mediante competição internacional, homenagens recebidas em suas instituições e em associações científicas, comendas, orientação de dissertações/teses premiadas etc. Para essa categoria incluímos apenas prêmio de melhor obra científica e homenagens realizadas pelas associações científicas referentes às trajetórias dos pesquisadores, sem com isso desmerecer ou negar a importância das demais modalidades.

Em seu conjunto entre esses 43 pesquisadores, encontramos 18 (41,86%) que ocuparam a posição de presidente ou vice-presidente em uma ou mais das associações científicas supracitadas, e 23 deles (53,48%) já receberam uma ou mais premiações dessas associações.

²³Atualmente, a ABA possui uma presidência e uma vice-presidência, uma secretaria-geral e uma adjunta, três diretores, uma tesouraria geral e uma adjunta; a ABCP possui uma presidência, uma secretaria-executiva e uma adjunta, sete diretorias (publicações, ensino de pós-graduação, ensino de graduação, projetos, pesquisa, cooperação internacional), e três membros do conselho fiscal; a ANPOCS possui uma presidência, uma secretaria-executiva e uma adjunta, uma diretoria de publicação, além de três diretores e três membros do conselho fiscal; por fim, a SBS possui uma presidência e dois vice-presidentes, uma secretaria-geral e uma adjunta, cinco diretores, um tesoureiro e um conselho fiscal com três membros.

Entre os bolsistas 1A de Ciência Política, 3 deles (37,5%) já foram presidentes da ABCP, e dentre estes um foi também presidente da ANPOCS; além do mais, 6 deles (75%) já receberam prêmios/homenagens, sendo a mais recorrente a de melhor obra acadêmica em Ciências Sociais concedida pela ANPOCS, recebida por 4 deles. Entre os antropólogos, 5 deles (38,46%) foram presidentes ou vice-presidentes da ABA, tendo sido um deles também presidente da ANPOCS; 10 deles (76,92%) receberam prêmios da ABA e/ou da ANPOCS, sendo mais recorrente nesses casos as homenagens da ABA, recebidas por 6 deles. No caso da Sociologia, o cargo de presidentes ou vice presidentes da SBS foi ocupado por 9 deles (40,9%), sendo que dois deles também foram presidentes da ANPOCS, e um desses agentes ocupou a presidência da ANPOCS sem ocupar o mesmo cargo na SBS; por outro lado, nesse grupo 7 deles (31,81%) receberam prêmios da ANPOCS e/ou da SBS, destacando-se os da ANPOCS, recebidos por 5 dos agentes desse grupo.

Algumas diferenças existentes na proporção de premiados e de agentes que se tornaram presidentes das associações científicas em suas áreas específicas podem ser explicadas pelas diferentes temporalidades das associações, como foi indicado brevemente na primeira seção deste artigo. Desse modo, como a ANPOCS mantém suas atividades de forma continuada desde a década de 1970, talvez isso possa ajudar a explicar a centralidade que suas premiações possuem nesse grupo de pesquisadores.

Essas tomadas de posição no campo a partir de importantes espaços institucionais, tanto em suas próprias instituições quanto em sociedades científicas nacionais, nos remetem a algumas hipóteses lançadas por Coradini (2018) para pensar os critérios de distribuição das bolsas do CNPQ nas posições mais elevadas da hierarquia acadêmica, segundo o qual as posições mais altas desta hierarquia estariam mais próximas ao que ele denominou de “polo político”, em oposição ao “polo técnico” desse campo.

A ausência de elementos “quantificáveis” nos critérios específicos do comitê para atingir esses níveis da hierarquia tendem a reforçar a hipótese deste autor. Em todo caso, é importante reconhecer que os elementos de consagração acima indicados, como “prêmio de melhor obra acadêmica” da ANPOCS, tendem a apontar também para o fato de que o capital político desses agentes origina-se também da reconversão do capital científico, ainda que se possa chegar a bolsista 1A sem ter sido presidente dessas associações, ou ter recebido alguma de suas premiações.

Há ainda uma expressiva participação desses pesquisadores em comitês científicos e de avaliação da CAPES e do CNPQ, além de uma forte presença nas Fundações de Amparo à Pesquisa locais. Esses espaços também são profundamente relevantes para a legitimação desses pesquisadores na posição que ocupam na hierarquia acadêmica. Esse item de uma forma bastante ampla pode ser considerado praticamente unânime entre os pesquisadores, uma vez que a condição de pesquisador do CNPQ o leva automaticamente à condição de avaliador do órgão através da emissão de pareceres sobre os pedidos de auxílios e bolsas que outros pesquisadores realizam. Também é importante ressaltar que os próprios comitês do CNPQ são

constituídos exclusivamente por pesquisadores nível 1, o que reforça a tendência que esses pesquisadores integrem essas instâncias representativas.

Outro dado importante é a circulação internacional desses pesquisadores, considerado um símbolo de distinção acadêmica e também social. Essa circulação é garantida principalmente por meio de bolsas concedidas por agências de fomento no Brasil, que possuem um papel central nesse processo (Mazza, 2009), porém, há também casos de financiamento estrangeiro, tanto para a realização de estudos de pós-doutorado quanto para a atuação como professor visitante.

Essa questão tornou-se central em período recente nas três áreas das Ciências Sociais (Rial, 2014; Madeira, Marenco 2016; Scalon, Miskolci, 2018). Apesar de ter havido certa inflexão no número de bolsas para realização de atividades no exterior nos anos de 1990, há um crescimento que é retomado nos anos 2000, do qual muitos desses pesquisadores se beneficiam, intensificando-se também nesse período as publicações em periódicos internacionais. Essa relação tem se dado principalmente com países localizados no Norte Global, seguindo a tendência observada na formação doutoral, ainda que no caso da atuação como professores visitantes ganhe destaque também a circulação em países latino-americanos. É importante observar que, apesar das assimetrias acadêmicas, os agentes do Sul Global conseguem desenvolver papéis ativos muitas vezes, que repercutem no desenvolvimento de parcerias e na possibilidade de publicações em revistas internacionais (Connell *et al.*, 2010).

Numericamente falando, 38 deles (88, 37%) realizaram pós-doutorado e/ou atuaram como pesquisadores visitantes no exterior, sendo que foram 20 (90,9%) na Sociologia, 7 (87,5%) na Ciência Política, 11 (84,61%) na Antropologia. Esses dados apontam para a relevância da circulação internacional para atingir os níveis mais altos na hierarquização das bolsas PQ, e mesmo nos casos daqueles que não indicaram em seus *lattes* tais atividades, há uma participação incisiva em eventos internacionais, e o que pode indicar outras formas de diálogos acadêmicos em nível internacional, ainda que não institucionalizados de uma mais “tradicional”. Como reconhece Beigel (2013), o caso brasileiro de formação pós-graduada e circulação internacional no caso das ciências sociais é bastante idiossincrático quando comparado com o que se passou com os demais países latino-americanos, e isso se reflete no cenário aqui encontrado.

Em seu conjunto, os dados desta seção indicam que o capital científico isoladamente não é condição suficiente para chegar às posições mais altas no campo acadêmico das Ciências Sociais, sendo importante também que os agentes possuam um expressivo capital político, que se elaborará ao menos em três níveis: a) no nível local, a partir da burocracia universitária; b) em nível nacional, a partir da participação em sociedades científicas e em comitês científicos; c) em nível internacional, a partir da circulação acadêmica por meio de estágios no exterior.

6 Considerações Finais

O exercício elaborado neste artigo nos possibilitou avançar na reflexão que as Ciências Sociais brasileiras têm realizado sobre o próprio campo, tomando como fio condutor aqueles pesquisadores que estão nos níveis mais altos da hierarquia acadêmica, utilizando como critério para tanto os critérios utilizados pelo CNPQ no processo de classificação dos bolsistas PQ. Em grande medida, podemos afirmar que a prosopografia de um grupo de elite pode nos trazer elementos interessantes para compreender determinado campo, na medida em que aqueles que estão situados em posições privilegiadas no campo, possuindo o maior volume de capital simbólico, também são os que possuem a capacidade de deformar as regras do campo.

Volto a afirmar que uma análise do ensino superior só é possível na medida em que realizamos uma análise de seus agentes, de seu perfil e atuação. Apesar do levantamento realizado confirmar algumas tendências já apontadas na literatura especializada sobre campo acadêmico no Brasil, como a forte concentração de bolsistas PQ na região sudeste, e o predomínio numérico de homens nesses grupos, especialmente nos níveis mais elevados; observou-se ainda a existência de determinadas particularidades no campo das Ciências Sociais, principalmente quando comparamos as três áreas que o compõem, compreender como tais particularidades produzem hierarquias no campo é fundamental para entendermos o exercício aqui realizado como algo que vai para além da descrição de uma dada realidade social.

Apesar desses pesquisadores concentrarem-se majoritariamente em programas de excelência na área, chama a atenção o hiato existente entre a avaliação dos programas pela CAPES e o número de bolsistas PQ 1A, havendo, em alguns casos, programas com as mesmas notas, com um número sensivelmente diferente de bolsistas, ou em alguns casos com melhores notas e com menos bolsistas. Reconhece-se aqui, obviamente, que os critérios de avaliação dos programas pela CAPES e de bolsistas pelo CNPQ são diferentes, operando os primeiros num nível mais coletivo e institucional e os últimos num nível individual, entretanto, não deixa de ser um dado interessante para refletirmos sobre um possível papel que o prestígio das instituições possuem na concessão das bolsas do CNPQ. Ou ainda, como os recursos materiais e simbólicos são desigualmente distribuídos entre as instituições, de modo que isso potencialmente poderia interferir na capacidade que os agentes possuem de atingir os níveis mais altos da hierarquia acadêmica. Esse dado é especialmente relevante para compreendermos que o prestígio de determinados agentes pode provir de sua instituição, porém, recorrentemente esse prestígio é individualizado e legitimado a partir de outros espaços de consagração.

Estes pesquisadores possuem como perfil mais recorrente o vínculo institucional com universidades localizadas na região sudeste, principalmente no eixo Rio-São Paulo, com a finalização dos estudos em nível de graduação entre os anos de 1960 e 1970 e de doutorado nas décadas de 1970 e 1980, seus estudos doutorais ocorreram de forma quase unânime em instituições estrangeiras ou localizadas na região sudeste. Observa-se que, tendencialmente, entre eles há uma participação ativa, ao longo de suas carreiras, da burocracia universitária, das diretorias de sociedades científicas e dos comitês das agências de fomento, além de terem

circulado internacionalmente por meio de estágios no exterior, na forma de pós-doutorados e/ou como professores visitantes.

Em um nível mais qualitativo e menos descritivo, podemos ainda dizer que são agentes que participaram ativamente da constituição da agenda de pesquisa de seus campos de especialidade no Brasil, de modo que seu capital científico é amplamente reconhecido pelos pares, como também atestam os vários prêmios e homenagens recebidos, além dos convites recebidos para realizar parcerias com universidades estrangeiras, de tal modo que a bolsa PQ 1A sintetizaria esse reconhecimento. Compreender suas trajetórias, portanto, considerando a posição que ocupam no campo, nos ajuda a compreender também a própria configuração das Ciências Sociais no ensino superior brasileiro.

As questões aqui levantadas podem abrir uma agenda de pesquisa relevante no que diz respeito à compreensão dos agentes que se situam no topo da hierarquia acadêmica, visibilizando assim as “regras não ditas” que se colocam no campo. De forma homóloga seria possível analisar outros campos, visibilizando assim duas dinâmicas internas e disputas.

Referências

AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos S.; BRAGA, Maria S. (Orgs.). **Ciência Política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: FGV, ABCP, 2016. ISBN: 978-85-225-1884-5.

AZEVEDO, Mário L. N; OLIVEIRA João; CATANI Afrânio M. O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 32, n3, p. 783-803, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol32n32016.68576>. Acesso em: 10 out. 2022.

BEIGEL Fernanda. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, s/v, n. 245, p. 110-123. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/centros-y-periferias-en-la-circulacion-internacional-del-conocimiento/>. Acesso em: 10 out. 2022.

BEIGEL Fernanda. Publishing from the periphery: Structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina’s CONICET. **Current Sociology**, Nova Iorque, v. 62, n.5, p. 743–765. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0011392114533977>. Acesso em: 12 out. 2022.

BORDIGNON Rodrigo. Trajetos escolares e destinos profissionais: o caso das ciências sociais no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 41, p. 88-114. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n41p88>. Acesso em: 11 out. 2022.

BOURDIEU Pierre. **Homo Academicus**. Florianópolis: EDUFSC, 2011. ISBN 978-85-328-0576-8.

BOURDIEU Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. ISBN: 972-29-0014-5.

BOURDIEU Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996. ISBN: 85-308-0393-0.

CÂNDIDO, Márcia R.; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz A. Desigualdades na elite da Ciência Política Brasileira. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 564-582, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.33488>. Acesso em: 2 nov. 2022.

CAREGNATO, Célia E.; MIORANDO, Bernardo S.; LEITE, Denise. O campo da educação no Brasil: mudanças em atributos para legitimação dos pesquisadores. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 211-232, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol34n12018.73465>. Acesso em: 1 nov. 2022.

CNPQ. ANEXO I – **Critérios dos Comitês de Assessoramento**. Vigência: 2018 a 2020. Disponível em: http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=encerradas&buscaModo=textual&tmp=1585564178528. Acesso em: 1 nov. 2022.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca; COLLYER, Fran; MAIA, João M, MORRELL, Robert. Negotiating with the North: How Southern-tier intellectual workers deal with the global economy of knowledge. **The Sociological Review**, Nova Iorque, v. 66, n. 1, p. 41–57. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/003802611770503>. Acesso em: 3 nov. 2022.

CORADINI, Odaci L. Os Professores de Ensino Superior como Objeto de Estudo e a “Sociologia Prática”. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 38, p. 248-271, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n38p191>. Acesso em: 3 nov. 2022.

DEBERT, Guita G. Formação e ensino. In: TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs), **O Campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa/ABA, 2004, p. 143-162. ISBN: 85-86011-81-9.

DWYER, Tom; BARBOSA, Maria Ligia; FRAGA E. Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 147-178, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.46>. Acesso em: 15 out. 2022.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Desafios da antropologia brasileira**. Brasília: ABA, 2013. ISBN: 978-85-87942-11-1

FORFAZ, Maria Cecília S. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 1-22, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>. Acesso em 20 out. 2022.

GUEDES, Moema C.; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPQ. **Cadernos Pagu**,

- Campinas, s/v, n. 45, p. 367-399, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201500450367>. Acesso em: 20 out. 2022.
- HEY, Ana Paula; RODRIGUES, Lidiane S. Elites acadêmicas: as ciências sociais na Academia Brasileira de Ciências. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 9-33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125964>. Acesso em 20 nov. 2022.
- LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: LESSA, Renato (Org.), **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarlolla, 2010, p. 13-50. ISBN: 978-85-98233-54-3.
- LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 376-436, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000200014>. Acesso em: 27 out. 2022.
- LIMA, Jacob C. A reconfiguração da sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 7-48, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2019.42300>. Acesso em: 10 out. 2022.
- LIMA, Jacob C; CORTES, Soraya V. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 416-435, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.3.16522>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- LIMA, Ricardo; VELHO, Lea Mari. FARIA, Leandro. Bibliometria e “avaliação” da atividade científica: um estudo sobre o índice h. **Perspectivas em ciências da informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 3-17, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362012000300002>. Aceso em 10 out. 2022.
- MADEIRA, Rafael M.; MARENCO, André. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, s/v, n. 19, p. 47-74, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220161903>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- MAIA, João M. Ciências Sociais, Trabalho Intelectual e Autonomia: Quatro Estudos de Caso sobre Nós Mesmos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 1-33, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019178>. Acesso em 2 nov. 2022.
- MARENCO André. Ciência Política como vocação Profissionalização de doutores em Ciência Política no Brasil, 1996-2014. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 523-544, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.32941>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- MAZZA, Débora. Intercâmbios acadêmicos internacionais: bolsas CAPES, CNPQ e FAPESP. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 521-547, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000200010>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- MELO, Marina; BERNARDO, Ana C; GOMES, Selefe. As teses da área de sociologia do Brasil: padrões e inflexões temáticas e metodológicas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 58-75, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.258>. Acesso em 2 nov. 2022.

OLIVEIRA, Amurabi. Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, 2015. Disponível em: : <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n31p39>. Acesso em 22 out. 2022.

OLIVEIRA, Amurabi. Social Sciences in Brazil: From a Broad Interdisciplinarity to a Restricted Interdisciplinarity. **Global Perspectives**, Oakland, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/gp.2023.87794>. Acesso em nov 2023.

OLIVEIRA, Amurabi; MELO, Marina; RODRIGUES, Quemuel; PEQUENO, Mayres. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Configurações. Revista Ciências Sociais**, Braga, n. 27, p.75-93, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.11979>. Acesso em: maio 2022.

OLIVEIRA, Amurabi; MELO, Marina F.; PEQUENO, Mayres; RODRIGUES, Quemuel B. O perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Sociologia. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 24, n. 59, p. 170–198, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-106022>. Acesso em: 16 out. 2022.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 219-232, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2760>. Acesso em: 4 nov. 2022.

REESINK, Mísia; CAMPOS, Roberta B C. A Geopolítica da Antropologia no Brasil: ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procust. *In*: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta B C; PEREIRA, Fabiana (Org.), **Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: Geopolíticas Disciplinares**. Recife: EDUFPE, 2014, p. 55-81. ISBN: 978-85-415-0484-3.

RIAL, Carmen. A antropologia no Brasil. **Boletín Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales**, Cidade do México, v., 1, n. 1, p. 67-73, 2014. Disponível em: <https://archive.org/details/BoletinCEAS2014/page/n3/mode/2up>. Acesso em 20 out. 2022.

RUBIO, Mónica Eugenio. Investigar a las élites: problemáticas y reflexiones sobre la metodología cualitativa. **Estudios Sociológicos**, Cidade do México, v. 38, n. 112, p. 223-245, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24201/es.2020v38n112.1884>. Acesso em: 3 out. 2022.

SCALON, Celi; MISKOCI, Richard. Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira. **Revista Brasileira de Sociologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 122-135, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.261>. Acesso em: 2 out. 2022.

SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar C, PEREIRA, Fabiana (Org.). **Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: Geopolíticas Disciplinares**. Recife: EDUFPE, 2014. ISBN: 978-85-415-0484-3.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins. O Campo da antropologia no Brasil. Rio de Janeiro: Contracapa/ABA, 2004. ISBN: 85-86011-81-9.

VIANNA, Luiz W; CARVALHO, Maria Alice; MELO, Manuel; BURGOS, Marcelo. Doutores e teses em Ciências Sociais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 453-516, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581998000300001>. Acesso em: 4 nov. 2022.

WEEBER, Stan C. Elite versus mass sociology: An elaboration on Sociology's Academic Caste System. **The American Sociologist**, Nova Iorque, s/v, n. 37, p. 50–67, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02915067>. Acesso em: 10 nov. 2022.

WEINER, Jacques; VIEIRA, Paula. Avaliação de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPQ e medidas bibliométricas: correlações para todas as grandes áreas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 60-78, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000200005>. Acesso em: 10 nov. 2022.